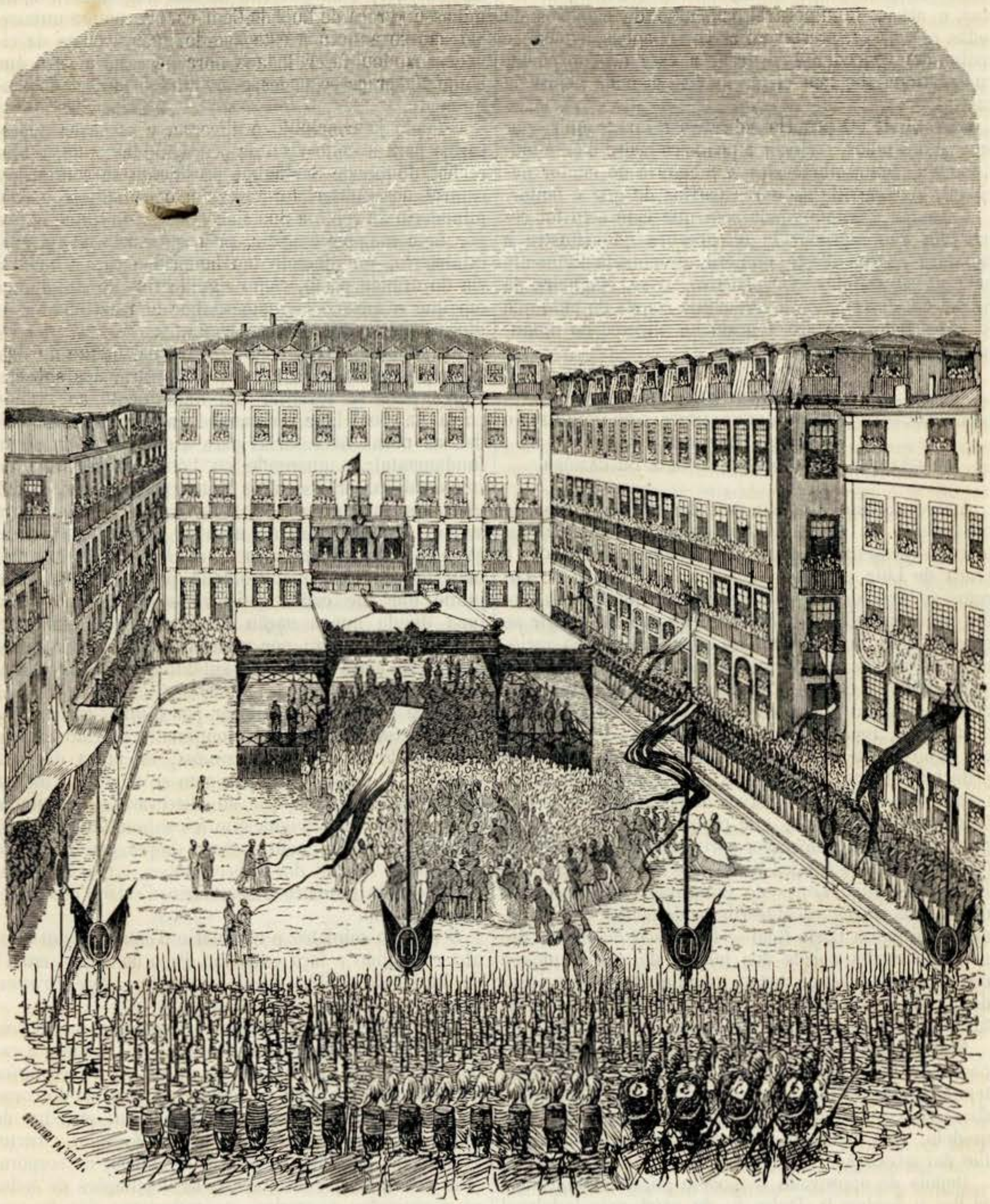


Vista da praça de Luiz de Camões no acto da collocação da pedra fundamental do seu monumento

Desenho original de Nogueira da Silva

Está lançada a primeira pedra do monumento e estatua de Camões!

Duzentos oitenta e dois annos depois da morte do grande poeta, e no mez de junho, que foi o em que elle se finou, desamparado e pobre, é que a nação portugueza acordou do somno da ingratidão, para levantar ao cantor das suas façanhas e navegações, um padrão á sua immortal gloria.

Foi tardio: mas as primeiras honras que se lhe prestaram no acto do assentamento da pedra fundamental do seu monumento mostraram já, que a geração actual se ha de purificar do labéo que seus antepassados deixaram, por seculos, permanecer sobre um povo tão brioso.

Se o engenho poetico de Camões lhe grangeou o predicamento de principe dos poetas portuguezes, com honras magestaticas foi solemnisada a primeira ceremonia da inauguração da sua estatua.

Bem certo é que só a posteridade faz justiça aos grandes homens! Em junho de 1580 descia Luiz de

Camões á sepultura amortalhado no lençol da caridade, desacompanhado, obscuro, desprezado. Em junho de 1862, o rei de Portugal, com a sua corte, legisladores, tribunaes, auctoridades de todas as jerarchias; as academias, os homens de sciencia, de letras e artes, innumeravel concurso de cidadãos de todas as classes, prestavam as homenagens, que só se costumam conceder á realeza, a esse mesmo poeta, cuja estatua lhe iam erigir no bairro mais nobre da capital.

Mais ainda. O proprio soberano reinante quiz, por suas reaes mãos, collocar a primeira pedra d'esse monumento, honrando assim a memoria do cantor nacional, e com elle as letras patrias de que é fautor.

A pompa e solemnidade com que este acto foi celebrado, vae reproduzida na gravura que illustra a primeira pagina d'este numero, desenhada fielmente pelo nosso collaborador artistico, o sr. Nogueira da Silva, e a descripção da ceremonia consta do auto que foi encerrado no cofre deposto no alicerce do monumento, que é como se segue:

AUTO DA SOLEMNIDADE
DA COLLOCAÇÃO DA PEDRA FUNDAMENTAL DO MONUMENTO
QUE SE VAE ERIGIR
AO GRANDE POETA NACIONAL LUIZ DE CAMÕES

Aos vinte oito dias do mez de junho do anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo, mil oitocentos sessenta e dois, n'esta cidade de Lisboa, e praça de Luiz de Camões, antes denominada do Loreto, se procedeu á ceremonia da collocação da pedra fundamental do monumento que se vae erigir ao grande poeta Luiz de Camões, por subscripção nacional, promovida pela fórma seguinte.

Em 1860, o estatuario portuguez Victor Bastos, modelou em gesso um monumento para se erigir a Luiz de Camões, representando a estatua do poeta fundida em bronze, de 4 metros de alto, assente sobre um pedestal octogno de 7 metros e 48 centimetros de altura, rodeado de oito estatuas de pedra lioz, de 2 metros e 40 centimetros, que representam: Fernão Lopes (o primeiro historiador portuguez) — Pedro Nunes (cosmographo) — Gomes Eannes de Azurara — João de Barros — Fernão Lopes de Castanheda (historiadores das nossas navegações) —Vasco Mousinho de Quebedo — Jeronymo Corte-Real — Francisco de Sá de Menezes (cantores épicos dos nossos descobrimentos e conquistas); devendo ter o monumento, assim ideado, desde a superficie do terreno até á sua maior altura, 11 metros e 44 centimetros.

Exposto o modelo ao exame publico na sala dos paços do concelho municipal de Lisboa, ao mesmo tempo se instituiu uma commissão composta das pessoas abaixo assignadas, não só para julgar o referido modelo, mas tambem para alcançar os meios de se lhe dar execução.

Depois de approvado o modelo por Sua Magestade El-Rei o Senhor D. Pedro v, de saudosa e indelevel memoria, e por seu augusto Pae El-Rei o Senhor D. Fernando, que Deus guarde, assim como pelos membros da commissão, publicou esta em 14 de junho de 1860 uma circular dirigida a todos os districtos, concelhos e parochias do reino, e suas possessões, assim como aos consulados de Portugal nas differentes nações, especialmente aos do imperio do Brasil, onde residem tantos milhares de portuguezes, que sempre briosamente contribuem para todos os commettimentos que engrandecem e honram a patria, sendo a sua subscripção para este monumento a mais avultada de quantas se recolheram, tanto de nacionaes como de estrangeiros.

Realisada a somma necessaria para se dar execução ao monumento approvado, se contratou com o referido estatuario Victor Bastos dal-o concluido para se inaugurar em 1864, tendo-se préviamente decidido que se levantasse na praça do Loreto. Para este fim se requereu á camara municipal de Lisboa a houvesse de conceder, e ao governo de Sua Magestade a denominasse «Praça de Luiz de Camões.» A camara municipal não só annuiu a este pedido, mas á custa da cidade mandou fazer toda a obra necessaria para que n'aquella praça se podesse levantar o projectado monumento.

Estando já concluido o alicerce, e as obras necessarias para a collocação da pedra fundamental, o marechal duque de Saldanha, presidente da commissão central dos subscriptores, assim o communicou pelo ministerio do reino a Sua Magestade El-Rei, que houve por bem mandar expedir, pela secretaria do referido ministerio, um decreto tão honorifico para a memoria do grande poeta, como significativo do alto apreço em que o mesmo augusto senhor tem as letras e as glorias patrias. É do teor seguinte:

Havendo-me participado o marechal duque de Saldanha, presidente da commissão central dos subscriptores para se levantar um monumento ao grande poeta nacional Luiz de Camões, acharem-se concluidas as obras necessarias para a collocação da pedra fundamental; e querendo eu honrar a memoria do immortal cantor dos altos feitos portuguezes, e das gloriosas navegações e descobrimentos em que para sempre se afamaram no mundo, perante a civilisação, as potentes armadas do Senhor Rei D. Manuel, meu inclyto avô, manifestando por esta occasião o jubilo que me causa satisfazer-se no meu reinado uma divida que a nação tem ha seculos em aberto, resgatada agora por uma subscripção espontanea dos meus leaes e amados subditos, em toda a monarchia e fóra d'ella:

Tenho resolvido ir collocar por minhas reaes mãos a pedra fundamental do monumento erigido ao immortalisado auctor dos *Lusiadas*, na praça de Luiz Camões. E mando que este acto se faça com toda a solemnidade, para o que se observará o ceremonial constante do programma que foi submettido á minha regia approvação, pelo mesmo duque presidente da commissão central dos subscriptores, e que baixa assignado pelo ministro e secretario d'estado dos negocios do reino.

O mesmo ministro e secretario d'estado assim o tenha entendido e faça executar. Paço da Ajuda, em 11 de Junho de 1862. — REI. — *Anselmo José Braamcamp.*

Em virtude d'este decreto, se reuniram pelas seis horas da tarde n'esta praça de Luiz de Camões, a camara municipal de Lisboa, os ministros e secretarios d'estado, os membros de ambas as camaras do corpo legislativo, os do corpo diplomatico, os grandes do reino, titulares e mais pessoas que formam a corte, a academia real das sciencias de Lisboa, as corporações scientificas e litterarias, as deputações de todas as associações operarias, os redactores dos jornaes politicos e litterarios da capital, as auctoridades ecclesiasticas, civis, e militares, e a commissão central dos subscriptores que tem contribuido para a erecção d'este monumento.

Para esta solemnidade se tinha armado ao poente da praça de Luiz de Camões, na varanda da propriedade do cidadão Rafael José da Cunha, uma tribuna forrada de veludo carmesim franjado de oiro para Suas Magestades e sua real familia, e junto ao alicerce do monumento tres pavilhões vistosamente adereçados. No do centro, e sobre uma mesa coberta de veludo, estava o modelo do monumento, e uma escrevaninha com a penna de oiro cravejada de brilhantes, [1] que fôra offerecida ao eximio poeta Antonio Feliciano de

[1] Vid. a estampa a pag. 136.

Castilho, pelos portuguezes residentes na provincia de Porto Alegre, imperio do Brasil, e por elle espontaneamente prestada para a assignatura d'este auto. O pavilhão do lado direito foi destinado para os membros do corpo diplomatico, e o do lado esquerdo para os do corpo legislativo.

No meio do alicerce estava a pedra fundamental, aprumada e coberta com uma alcatifa carmesim. Junto do alicerce havia dois bufetes cobertos com bancaes de veludo carmesim. No do lado esquerdo estava uma padiola forrada de seda azul e branca, e sobre ella um cofre de marmore. No do lado direito uma bandeja de prata com um cofre do mesmo metal [1], e bem assim seis salvas, contendo a primeira, este auto escripto em pergaminho; a segunda, a lamina com a inscripção commemorativa; a terceira, as moedas nacionaes; a quarta, a trolha de prata com o cimento; a quinta, a colher; a sexta, o camartello.

A tribuna real, o pavilhão central, e todo o espaço intermedio estavam rodeados por duas alas da guarda real dos archeiros. Numeroso concurso de povo tomava parte n'esta festividade nacional e litteraria.

Ás cinco horas da tarde as tropas da guarnição de Lisboa formaram em frente da praça.

Chegando Sua Magestade El-Rei o Senhor D. Luiz I, e seu augusto Pae El-Rei D. Fernando, em grande estado, foram recebidos por este cortejo no vestibulo da tribuna real, indo depois as diversas corporações tomar os logares que lhes estavam destinados, occupando Suas Magestades a tribuna real para receberem a continencia das tropas da guarnição que formavam a parada.

Em seguida encaminhou-se o prestito para o centro da praça, indo adiante os porteiros da real camara com as massas de prata; os reis de armas, arautos e passavantes com as suas cotas; e logo as corporações, auctoridades e mais pessoas convidadas, guardando entre si a ordem da precedencia: e por ultimo Suas Magestades seguidos dos gentis-homens da real camara e ajudantes de campo.

Tendo Sua Magestade El-Rei subido ao pavilhão real, o duque de Saldanha, presidente da commissão central dos subscriptores, leu este auto, bem como a seguinte inscripção esculpida em lamina de cobre prateado:

NOMINI IMMORTALI
ALOISII DE CAMOENS
LUSITANORUM POETARUM
PRINCIPIS
HOC MONUMENTUM
VOLUNTARIIS ELARGITIONIBUS
FUIT ERECTUM
CUJUS LAPIDEM AUSPICALEM
IN TANTI OPERIS MOLITIONEM
LUDOVICUS I.
PORTUGALIAE ET ALGARBIORUM REX
QUARTO KALENDAS MENSIS JULII
ANNO MDCCCLXII
PLAUDENTIBUS CIVIBUS UNIVERSIS
SOLEMNITER FIXIT. [2]

Este auto, depois de assignado por Suas Magestades, pelos ministros e secretarios d'estado, pelos presidentes das duas camaras legislativas, pelo da camara municipal de Lisboa, e pela commissão central dos subscriptores, ficará depositado no cofre para este fim destinado, bem como a lamina commemorativa e as moedas nacionaes, fechando-se á chave, a qual será entregue por Sua Magestade El-Rei ao presidente da camara municipal de Lisboa, para ser guardada com o traslado d'este auto no archivo dos paços do concelho, procedendo-se em seguida á collocação do mesmo cofre na cavidade da pedra fundamental do monumento, com as ceremonias do estilo.

E para documento authentico de que esta solemnidade se fez pela fórma que dito fica, lavrei e assignei o presente auto, eu Joaquim Pedro de Sousa, secretario da commissão central dos subscriptores. *Joaquim Pedro de Sousa.* — *El-Rei* — *D. Fernando* — *Marquez de Loulé* — *Anselmo José Braamcamp* — *Joaquim Thomaz Lobo d'Avila* — *Gaspar Pereira da Silva* — *Visconde de Sá da Bandeira* — *José da Silva Mendes Leal* — *Visconde de Laborim* — *Antonio Luiz de Seabra* — *Antonio Esteves de Carvalho* — *Duque de Saldanha* — *Francisco de Paula Sant-Iago* — *Carlos Krus* — *Joaquim Pedro de Sousa* — *Luiz Tiburcio Ferreira* — *Visconde de Menezes* — *Antonio Feliciano de Castilho* — *Antonio da Silva Tullio* — *José Maria Eugenio de Almeida* — *Conde do Farrobo* — *José Isidoro Guedes* — *José Pedro Collares* — *D. Pedro da Costa de Sousa de Macedo* — *Abbade Castro* — *Antonio José Pereira Serzedello.*

Acabada esta leitura, que o nobre duque fez em voz alta e firme, foi elle que offereceu a Suas Magestades a penna de oiro para assignarem o auto, indo tambem, como acima se lê, assignado por todos os ministros de estado, pelos presidentes das camaras legislativas, pelo da camara municipal, e pela commissão central dos subscriptores.

Depois foram apresentados em salvas de prata a Sua Magestade El-Rei pelo vice-presidente da commissão central dos subscriptores, Francisco de Paula Sant-Iago, o cofre de prata; pelo presidente o auto já assignado; pelo secretario, Joaquim Pedro de Sousa, a lamina commemorativa; e pelo thesoureiro, Carlos Krus, as moedas nacionaes, encerrando o mesmo augusto senhor estes objectos no cofre, que fechou á chave, entregando-a ao presidente da camara municipal de Lisboa, Antonio Esteves de Carvalho, para ser depositada com um traslado do auto no archivo dos paços do concelho.

Os membros da commissão central, Antonio Feliciano de Castilho, José da Silva Mendes Leal Junior, José Maria Eugenio de Almeida e Antonio da Silva Tullio, tomando a padiola em que estava o cofre de marmore, a levaram até junto de Sua Magestade El-Rei, que, recebendo o cofre de prata das mãos do duque presidente, o metteu dentro no de marmore. Depois os mesmos quatro vogaes conduziram a padiola até ao alicerce, onde o mestre da obra, Joaquim Antunes dos Santos, pegando n'este cofre, o depositou na cavidade da pedra fundamental e lhe assentou a lage para esse fim apparelhada.

Sua Magestade El-Rei, recebendo das mãos do vogal da commissão, José Isidoro Guedes, a colher, tirou da trolha, que lhe apresentou o vogal conde do Farrobo, um pouco de cimento, que deitou nas juntas da pedra, e em acto continuo a bateu com o camartello que lhe fôra offerecido pelo membro da commissão, visconde de Menezes. Uma girandola de foguetes, correspondida por uma salva real do castello de S. Jorge e demais fortalezas, bem como dos navios de guerra surtos no Tejo, annunciaram a collocação da pedra fundamental do monumento consagrado á memoria de Camões.

Terminado o acto, voltou o prestito na mesma ordem, acompanhando Suas Magestades á tribuna real, em frente da qual desfilaram as tropas, na presença dos mesmos augustos senhores.

Taes foram as honras prestadas ao auctor dos *Lusiadas* n'esta solemnidade nacional.

Foi um dia de festa para toda a cidade. As habitações da praça de Camões estavam armadas de gala, e á noite illuminaram-se todas.

[1] Vid. a estampa a pag. 136.

[2] Quer dizer em vulgar: Á memoria do immortal Luiz de Camões, principe dos poetas portuguezes, se erigiu este grande monumento, por subscripção voluntaria, cuja pedra fundamental foi collocada solemnemente por D. Luiz I, rei de Portugal e dos Algarves, a 28 de junho de 1862, com applauso geral de todos os cidadãos.

As damas que formam a commissão especial que se encarregou de colligir donativos para o monumento do mavioso cantor de D. Ignez de Castro, assistiram a esta festividade nas varandas proximas da tribuna real.

A commissão central merece o publico louvor pela pompa e solemnidade com que, por sua direcção, foi celebrado este magestoso acto.

Se Camões vivêra, teria agora de repetir, não por queixume, mas com ufania, o seguinte quarteto da oitava 52 do canto VII do seu poema:

Vêde, Nymphas, que engenhos de senhores
O vosso Tejo cria valorosos,
Que assim sabem prezar, com taes favores,
A quem os fez, cantando, gloriosos.

---

[1] MAESE PEREZ, O ORGANISTA

LENDA SEVILHANA

(VERSÃO DE BRITO ARANHA)

Em Sevilha, no adro da egreja de Santa Ignez, e em quanto esperava que principiasse a missa do gallo, ouvi esta tradição a uma pedinte do convento.

Como era natural, depois de ouvil-a, esperei impaciente que principiasse a ceremonia, ancioso de assistir a um prodigio.

Nada me pareceu menos prodigioso, comtudo, que o orgão de Santa Ignez, nem mais vulgar que os insulsos motetes que nos deu o seu organista aquella noite.

Ao sair da missa, não pude deixar de perguntar á pedinte em tom zombeteiro.

— Porque é que o orgão de *maese* Perez sôa agora tão mal?

— Ora, senhor.... me respondeu a velha — porque não é o d'elle.

— Não é o d'elle? Então que lhe succedeu?

— A velhice destruiu-o ha uma porção de annos.

— E a alma do organista?

— Não tornou a apparecer desde que collocaram o que hoje o substitue.

Se a algum dos leitores occorrer dirigir-me eguaes interrogações, depois de ler esta lenda, fica sabendo já por que não continuou o milagroso portento até aos nossos dias.

I

Vê o da capa vermelha e pluma branca no feltro, e que parece trazer no espartilho todo o oiro dos galeões das Indias? Aquelle que desce n'este momento da sua liteira, para dar a mão a essa outra senhora, que, depois de deixar a d'elle, se adianta para aqui, precedida de quatro pagens com brandões? Pois esse é o marquez de Moscoso, galan da condessa viuva de Villa-Pineda. Dizem que antes de pôr os olhos n'esta dama, pedíra em matrimonio a filha de um opulento senhor; mas o pae da donzella, de quem se murmura que é um tanto avaro... porém, olhe! em se fallando do ruim de Roma apparece logo; vê aquelle que vem por debaixo do arco de S. Filippe, a pé, embuçado em capa escura, e precedido de um só criado com lanterna? Agora chegou á frente do retabulo. Reparou, ao desembuçar-se para saudar a imagem, na commenda que lhe brilha no peito? Se não fôra esse nobre distinctivo, qualquer o julgaria um logista da rua das Cobras... pois esse é o pae da tal. Observe como a gente do povo lhe abre passagem e o comprimenta. Sevilha inteira conhece-o por sua colossal fortuna; elle só, tem mais ducados de oiro nas arcas, que soldados mantém nosso senhor o rei D. Filippe; e com seus galeões poderia formar uma esquadra sufficiente para resistir á do gran-turco... Olhe, olhe esse grupo de senhores graves; são os cavalleiros «vinte-e-quatro.» Olá! tambem está aqui o flamengosinho, a quem os senhores da cruz verde não arremessaram o guante, segundo se diz, graça á sua influencia com os magnates de Madrid... Este não vem á egreja senão para ouvir musica... não, pois se *maese* Perez com o seu orgão lhe não arranca lagrimas como punhos, bem se póde assegurar que não tem a alma em seu logar, senão que se está frigindo nas caldeiras de Pero Botelho...

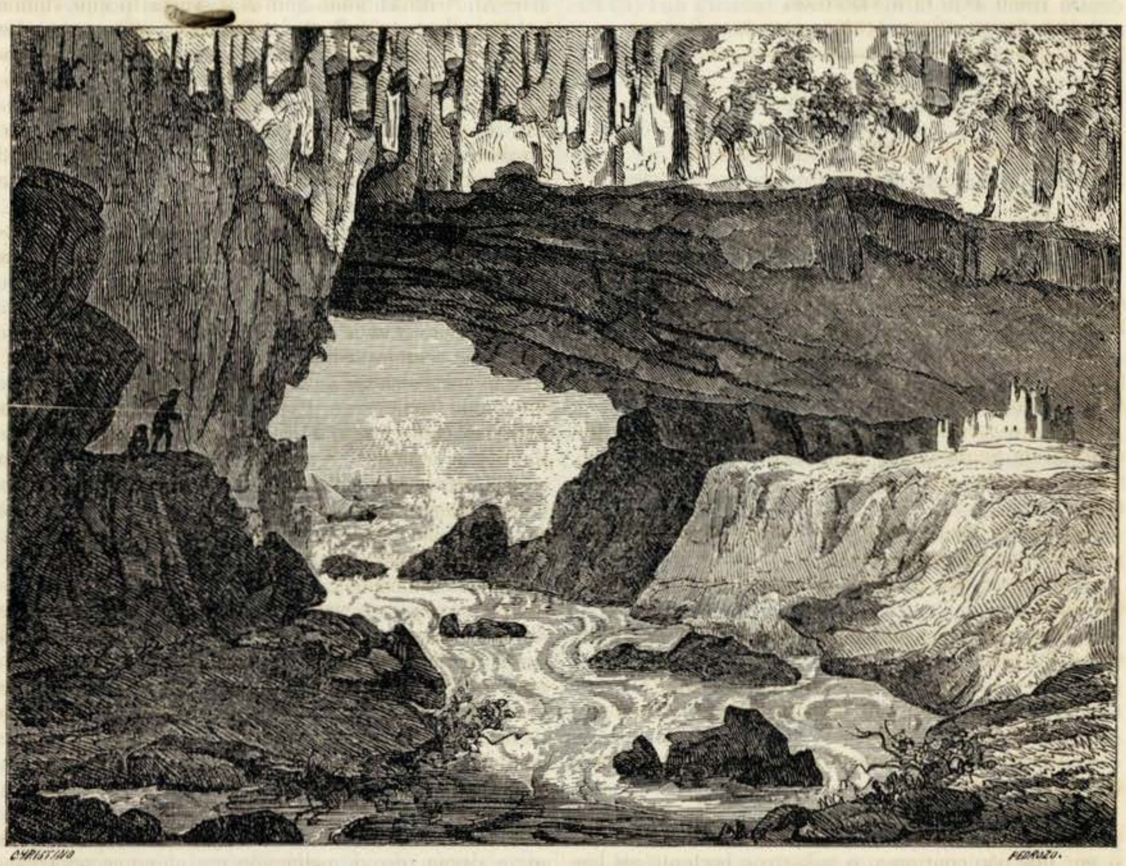
— Ai visinha! mau... mau... supeito que vamos ter trabalho; refugio-me na egreja, pois, pelo que vejo, aqui vão andar mais de sobra as pranchadas que os Pater noster... Olhe, olhe; as gentes do duque de Alcalá dobram a esquina da praça de S. Pedro, e pela travéssa das Donas se me afigura que hei divisado as do de Medinasidonia... Não lhe disse? Já se viram, já pararam uns e outros, sem passar de sua posição... dissolvem-se os grupos... os beleguins, que n'estas occasiões não poupam amigos nem inimigos, retiram-se... até o senhor assistente, com a sua vara e toda a sua auctoridade, se refugia no adro... e dizem que ha justiça! Para os pobres...

— Vamos, vamos, lá brilham os broqueis na escuridade... Nosso Senhor Todo Poderoso nos valha! Principiam os golpes, visinha! visinha! para aqui... antes que fechem as portas. Mas que é isso? Ainda bem não começaram, e já deixam o campo! Que resplandor é aquelle? Brandões accesos! Liteiras! É o senhor arcebispo. A Virgem do Amparo, a quem invocava agora mesmo, o trouxe em meu auxilio... Ai que ninguem sabe o que eu devo a esta senhora!... Com grande usura me paga as lampadas que lhe accendo aos sabbados!... Veja, como váe bem com os habitos roxos e o barrete vermelho... Deus o conserve na sua diocese tantos seculos como eu desejo para mim. Se não fosse por elle, meia Sevilha teria ardido com as discordias dos duques. Olhe para elles, os hypocritas, como se aproximam ambos da liteira do prelado para lhe beijar o annel... Como o seguem e acompanham, confundindo-se com os seus familiares. Quem diria que esses dois, que parecem tão amigos, se dentro de meia hora se encontrarem em rua escura... Deus me livre de os julgar covardes; boa prova deram de si, pelejando em algumas occasiões contra os inimigos de Nosso Senhor... Porém, a fallar verdade, se se procurassem... e com vontade de se encontrarem, encontrar-se-hiam, pondo fim, de uma vez, a estas continuas rixas, nas quaes quem realmente se bate são os parentes, adherentes e servos...

— Mas vamos, visinha, vamos para a egreja, antes que se occupe totalmente... pois algumas noites como esta costuma encher-se de modo que não cabe nem um grão de trigo... Bom acêrto foi para as freiras o seu organista. Quando se viu o convento tão favorecido como agora! Das outras communidades posso dizer que fizeram a *maese* Perez propostas magnificas; é verdade que nada tem de estranho, pois até o senhor arcebispo lhe offereceu montes de oiro, pensando em o levar para a cathedral... Porém elle, nada... Primeiro deixaria a vida que abandonar o seu orgão favorito. Não conhece *maese* Perez? Verdade é que veiu para o bairro ha pouco... Perez é um santo varão; pobre, sim, mas esmoler como nenhum outro... Sem outros parentes além de sua filha, nem outro amigo além do seu orgão, passa a vida inteira a velar pela innocencia de uma e a compor os registos do outro... Suppõe que o orgão é velho? Nada; elle com tal diligencia o trata e concerta, que sôa que é um portento... Conhece-o de tal modo, que ás apalpadellas... porque, não sei se lhe diga,

[1] Maese, em phrase sevilhana quer dizer mestre.

o pobre senhor Perez é cego de nascimento... E com que paciencia supporta a sua desgraça... Quando lhe perguntam quanto daria para ter vista, responde singelamente: «Muito; mas não tanto como julgaes, porque tenho esperanças.» Esperanças de ver? «Sim, e mui breve, acrescenta sorrindo-se como infortunado: conto setenta e seis annos; embora seja longa a minha vida, depressa verei a Deus...» Infeliz! E vel-o-ha, porque é humilde como as pedras da calçada, que se deixam pizar de toda a gente... Sempre diz que é apenas um pobre organista de convento, e, comtudo, póde dar lições de solfa ao proprio mestre de capella da primacial, quasi que lhe nasceram os dentes no officio... Seu pae exercia a mesma profissão; não o conheci, mas a senhora minha mãe, que Deus haja, diz que elle sempre levava comsigo o filho para o auxiliar no orgão... O rapaz mostrou desde logo taes disposições, que, como era natural, por morte de seu pae herdou o cargo... E que mãos tem! Deus as abençoe! Merecia que lh'as levassem á rua de Chicarreros e lh'as engastassem em oiro... Toca muito bem, ó visinha! mas em noites como esta, é um prodigio... Elle tem grande devoção por esta ceremonia da missa do gallo, e quando levantam a sagrada hos-



Boca do Inferno em Cascaes

tia, ao cair da meia noite, que é quando veiu ao mundo Nosso Senhor Jesu-Christo... as vozes do seu orgão são vozes de anjos... em fim, para que hei de encarecer-lhe o que esta noite ouvirá? basta ver como a gente mais florida e casquilha de Sevilha, até o proprio senhor arcebispo, vem a um humilde convento para o ouvir; e não se creia que só as pessoas entendidas, as que sabem de solfa, conhecem o merito de Perez, senão tambem o povo; e todos esses bandos que affluem com archotes accesos, entoando cançonetas com gritos desaforados ao compasso de pandeiros, das gaitas e dos tambores, contra o seu costume, que é o de alvorotar as egrejas, calam-se como defunctos quando *maese* Perez assenta as mãos no orgão... e quando as levanta... quando as levanta não se sente um mosquito... de todos os olhos saltam lagrimas em borbotões, e ao concluir ouve-se um como suspiro immenso, que é a respiração dos circunstantes, reprimida em quanto dura a musica... Mas vamos, vamos; já deixaram de tocar os sinos, e vãe principiar a missa; vamos para dentro... De todos é esta noite de Natal, mas de ninguem melhor que de nós.

Dizendo isto, a boa mulher, que servia de *cicerone* á sua visinha, atravessou o adro do convento de Santa Ignez, e acotovelando este, empuxando aquelle, internou-se no templo, perdendo-se entre a multidão que se esmagava á porta.

(Continúa)

A BOCA DO INFERNO EM CASCAES

Cinco legoas ao poente de Lisboa, á beiramar, está a antiga villa de Cascaes, outr'ora praça de guerra, bem fortificada, com duas baterias e um castello, quarteis para cinco mil homens de infanteria, cavallaria e artilheria, hospital, ermida, duas grandes cisternas, fossos e contramuralhas, além de seis fortes ao longo da praia.

No tempo da invasão dos castelhanos, em 1580, fez o duque de Alva em Cascaes o desembarque das suas tropas, indo logo accommetter a praça. Os nossos defenderam-se valorosamente por espaço de duas horas, até que mão traiçoeira abriu uma das portas por onde entraram furiosos os soldados inimigos. O governador, por parte do prior do Crato, que era o valente capitão de Africa D. Diogo de Menezes, foi apri-

sionado, e, dias depois, degolado n'um patibulo que se levantou no meio da praça. Foi esta a primeira victima da perfidia e barbaridade do exercito de Filippe II.

Hoje está esta praça desmantelada, e a villa é mui pobre.

Dão-lhe ainda nome os banhos do Estoril, de aguas thermaes, mui proveitosas para molestias de pelle, e tambem no verão concorre a Cascaes muita gente aos banhos do mar.

A nossa estampa representa a chamada *gruta do inferno*, que é um antro medonho por onde entra o mar com estrondoso fragor, rugindo e refervendo lá dentro como se fôra na fabulada caldeira de Pero Botelho.

REINADO DE D. AFFONSO VI

(FRAGMENTO)

PAZ ENTRE PORTUGAL E HESPANHA EM 1668

(Vid. pag. 127)

Todas as idéas serviam, todos os expedientes se empregavam para fortalecer o espirito, e tornar populares as idéas do partido francez.

Traduzidas em portuguez as duas memorias entregues á rainha, circularam logo no publico. Dizia o abbade que era para o acostumar a ouvir queixas e contradicções á paz particular, e obrigal-o a reflectir que essa paz, se se ajustasse contra a fé de um tratado solemne, seria vergonhosa, e perigosa de futuro.

Consultando os principaes do conselho, o marquez de Marialva lhes testimunhou abertamente, que em tal situação julgava bom o fazer aos ministros de Inglaterra a declaração pelo abbade proposta e pedida. Saint-Romain, querendo tirar ao governo portuguez toda a hesitação e demora d'esta declaração, publicava que o rei de França a fizera por sua parte, e não a fizera depois de ter expedido a ordem para que Portugal fosse convidado a enviar, sem detença, um plenipotenciario que em França ouvisse e examinasse, com os ministros francezes, as propostas que porventura n'este inverno se fizessem para a paz commum dos dois reinos.

Queria o enviado que esta declaração, bem expressa, se fizesse particularmente ao rei de Inglaterra, para ordenar que os ministros inglezes em Lisboa e Madrid não empregassem bons officios senão para uma paz commum, não sendo decente que procedessem d'outro modo, procurando desligar Portugal da França, depois que o rei christianissimo acceitára a mediação do monarcha seu amo.

De quanto occorria em Portugal tinha o abbade plenamente informada a sua corte. Ora era o padre Verjus, embarcado em Lagos n'uma pequena fragata ingleza, que, com escala pela Inglaterra, era portador de despachos e de pessoaes informações: ora era um navio de Saint-Maló, que estava de saída na embocadura do Tejo, e pelo qual expedia boletins até á ultima hora.

Ao anoitecer do dia 8 de janeiro chegára á legação franceza um correio vindo com despachos de Paris. Não podia chegar mais a ponto. Trazia instrucções a Saint-Romain, para que procurasse fortificar-nos contra o que elle chamava terrivel tentação de acceitarmos a paz offerecida pelos castelhanos.

Dava-lhe o rei de França a faculdade de acrescentar, no caso que isso fosse necessario, ás razões os auxilios e gratificações de dinheiro para o estado e para particulares. E o enviado chegou a persuadir-se que este era o unico meio de frustrar o golpe dos hespanhoes! Promettia porém não usar d'elle senão na ultima extremidade, para poupar quanto fosse possivel a fazenda de seu amo! Só o governo portuguez reclamava pelo saldo do subsidio da ultima campanha 800.000 francos!

Vangloriava-se o abbade de ter alcançado promessas ou garantias do infante para conservação da alliança franceza; mas o resultado das suas diligencias para frustrar a viagem do embaixador inglez de Madrid a Lisboa, e dispor os portuguezes a rejeitarem propostas de paz particular, era mui incerto. O governo portuguez não tinha ainda nomeado embaixador para França, nem respondido ás memorias que lhe apresentára. Fez mais uma para apressar esta nomeação e partida do embaixador, e suscitar a execução do artigo 7.º do tratado. Não descançava, porque temia extremamente a influencia dos brados do povo, das cortes e de alguns particulares, desconfiando da constancia e firmeza dos principaes do conselho de estado, e mesmo do conselho particular do principe, ainda que lhes ouvia sempre boas palavras a este respeito. Como o principe não tinha força para governar por si mesmo, tudo lhe parecia plausivel receiar, até que o visse casado com a rainha, e junto d'ella.

A final chegou a não poder duvidar que o embaixador de Inglaterra partiria de Madrid para Lisboa mal se abrissem os tres-estados do reino. Effectivamente, no dia 5 de janeiro tinha começado a viagem. O agente francez começava a deplorar a ausencia de Verjus, e pedia ao secretario do rei de França que lh'o despachasse para Lisboa, onde tão util lhe devia ser, com brevidade, e lhe impedisse, se fosse possivel, que fizesse viagem pela Saboya. Reconhecendo no abbade Bani, de quem sempre se servíra utilmente, algum resfriamento, mandára-lhe dar 500 escudos, e para lhe augmentar o valor, dissera-lhe que era em quanto se lhe não estabelecia n'um beneficio a pensão que de ordem do rei lhe promettêra.

Estava-se a 9 de janeiro.

Era meio dia, e Saint-Romain entrava no locutorio do convento, chamado pela rainha. Ia ouvir as primeiras palavras que lhe confirmavam a existencia de propostas para a paz. O infante encarregára sua cunhada de lhe communicar que o marquez de Liche, castelhano, prisioneiro de guerra no castello de Lisboa, dera a saber que tinha poderes de Castella para celebrar pazes de rei a rei; sobre o que haveria de tarde conselho de estado.

Esta confidencia fulminou-o; mas ainda assim pôde redigir uma memoria que apresentou ao principe, antes de entrar no conselho. Dizia n'ella:

«A rainha acaba de me avisar, da parte de V. A., que o marquez de Liche recebêra poderes para tratar aqui da paz, e que V. A. devia deliberar hoje a tal respeito em conselho.

«Rendo mui humildes graças a V. A. pelo favor que me fez, de me dar parte d'isso, conforme o tratado de alliança.

«Pensei, senhor, que era do meu dever fazer lembrar a V. A., antes que entre em conselho, esse tratado de alliança, e as palavras que tem dado muitas vezes por escripto a el-rei christianissimo de o guardar exactamente.

«É no 7.º artigo que se regula o procedimento dos dois reis, no tocante á negociação da paz. Apresento aqui a V. A. copia d'este artigo, para que ordene que seja presente em conselho, e que em conformidade d'elle, se determine responder e declarar ao marquez de Liche, em termos fortes e claros, como el-rei christianissimo por sua parte fez aos hollandezes, que nada se quer ouvir nem tratar aqui tocante a uma paz particular.

«É condição de um tratado feito solemnemente em todo o conselho de Portugal, importando á gloria e interesse de V. A. e de todo este reino cumpril-o de boa fé. — 9 de janeiro de 1668.»

Chegando ao paço, alli soube o enviado francez que o conselho fôra transferido para o dia seguinte. Como lá encontrou os conselheiros, passou com elles toda a tarde, dizendo a cada um parte das razões que o seu governo lhe suggerira, para os obrigar a rejeitarem a negociação de paz que o marquez de Liche offerecia. Saiu esperançado em que a maioria ficára bem persuadida de que de nenhum modo convinha tratar ou celebrar pazes sem a França; sem embargo de lhe observarem que a conjunctura era critica, e o povo da cidade e todos os deputados do reino que iam chegando á capital, pesariam muito sobre o objecto. O marquez de Marialva julgava que para sairem d'este embaraço, evitando serem forçados a fazer o que não julgavam convir á sua reputação e ao bem do estado, seria necessario que em publico fizessem toda a manifestação de quererem fazer a paz.

Á noite Saint-Romain entregou ao secretario de estado a memoria que acabâmos de ler, para o infante, e n'uma larga conversação ácerca da paz aproveitou o tempo e a occasião para repetir as razões que produzira aos conselheiros. Depois de se despedirem fez memoria do que dissera a Pedro Vieira, e na manhã seguinte a entregou ao marquez de Marialva, e a alguns outros membros do conselho, mais inclinados á França.

Rezava assim:

«Disse ao sr. secretario de estado, que el-rei christianissimo soubera com prazer, que o governo d'este reino fôra transferido para o infante com o consentimento del-rei seu irmão: — que sua magestade christianissima, quando se lhe offerecessem occasiões, faria gostoso quanto d'elle dependesse para tornar este governo feliz e facil a S. A., e que, sobre tudo, na campanha proxima, faria tamanha diversão ás forças do inimigo commum, que os portuguezes nada teriam a temer d'elles, e poderiam, sem perigo, emprehender e fazer conquistas, porque effectivamente a maior parte da cavallaria castelhana que estava nas fronteiras d'este reino tinha já marchado para Catalunha: — que el-rei christianissimo entraria em Flandres este anno, como no precedente, com dois grandes exercitos, cujo principal elle commandaria pessoalmente: — que Monsieur, irmão unico do rei, commandaria tambem dois exercitos na Catalunha, um de mar e outro de terra: — que o principe commandaria tambem outro na Alsacia: — que os principes alliados, o bispo de Munster, o duque de Neubourg, e os eleitores de Moguncia e de Colonia tinham preparado um exercito, que obraria de accôrdo com o do principe, e se juntariam, se conviesse, para impedir que não passasse a Flandres nenhum soccorro, nem de Allemanha nem de Italia, entrando tambem n'esta alliança os eleitores de Treves, de Brandebourg e de Baviera.

«Disse mais ao sr. secretario, que el-rei christianissimo tinha visto com prazer a promessa que o infante fizera por escripto de guardar exactamente o tratado de alliança, e me encarregára de assegurar a S. A., que tambem da sua parte o guardaria fielmente, como o guardava, porque antes que soubesse o estado presente dos negocios de Portugal, declarára aos ministros de Inglaterra e Suecia, acceitando a mediação dos reis seus amos, que não podia nem queria escutar ou tratar coisa alguma tocante á paz, senão de accôrdo e conjunctamente com el-rei de Portugal; e que tendo os Estados-Geraes pedido a el-rei christianissimo que se explicasse com que condições estaria disposto a fazer a paz, dissera que a faria com as condições seguintes:

«Que a Hespanha fizesse a paz egualmente com Portugal, e de rei a rei, dando satisfação a sua magestade christianissima ácerca dos direitos da rainha sua mulher; reduzindo esta ultima pretenção a um ponto tão razoavel, mesmo no conceito dos ditos Estados; que elles, louvando-lhe a moderação, lhe declararam, que se quizesse não fazer entrar n'esta negociação Portugal, pelo qual não queriam envolver-se n'uma guerra, estavam promptos a assignar com sua magestade um tratado, em que lhe prometteriam forças auxiliares para obrigar os hespanhoes a lhe darem essa satisfação, se não a quizessem dar voluntariamente; ao que el-rei respondêra, que a satisfação de Portugal fazia a principal parte da sua, e não havia consideração que o podesse obrigar a abandonar el-rei de Portugal, e separar-se d'elle.

«Disse eu, depois, que el-rei christianissimo me ordenára apressasse a enviatura de um embaixador a França, e a execução do 7.º artigo do tratado, fazendo-se tambem, pela parte del-rei de Portugal, declaração de que nada quer ouvir, que não seja para uma paz commum. Pedi ao sr. secretario de estado, que representasse a importancia e necessidade de fazer quanto antes uma e outra coisa para adiantar a paz commum, unica que seria segura e honesta.

« — Em que termos está el-rei christianissimo com a Inglaterra? (me perguntou elle.)

« — Tendo mr. de Ruvigny (lhe respondi e fiz ver pelas minhas cartas) agente de França, proposto aos commissarios inglezes uma liga offensiva e defensiva entre a França e a Inglaterra contra a Hespanha, e os Estados-Geraes, no caso em que estes emprehendessem soccorrer el-rei catholico em Flandres, os commissarios receberam alegremente esta proposta, levaram-na ao conselho de Inglaterra, onde foi egualmente bem recebida, e os inglezes apressam n'este momento o adiantamento e conclusão do tratado que mr. de Ruvigny espera assignar dentro em pouco.

«Em fim, fallei ao sr. secretario de estado dos poderes que o marquez de Liche recebêra, e lhe dei a memoria para o infante, dizendo-lhe, que se aqui tirassem aos castelhanos, como se fizera em França, toda a esperança de paz particular, dentro em pouco obteriamos uma commum, mal os castelhanos houvessem perdido essa esperança, com que agora se lisonjeam, a respeito de Portugal; e a mesma necessidade que ora os obriga a offerecerem a Portugal uma paz de rei a rei, os obrigaria a proporem uma commum, mesmo antes da campanha, para lhe evitarem o perigo, porque não estão em estado de sustentarem hostilidades.

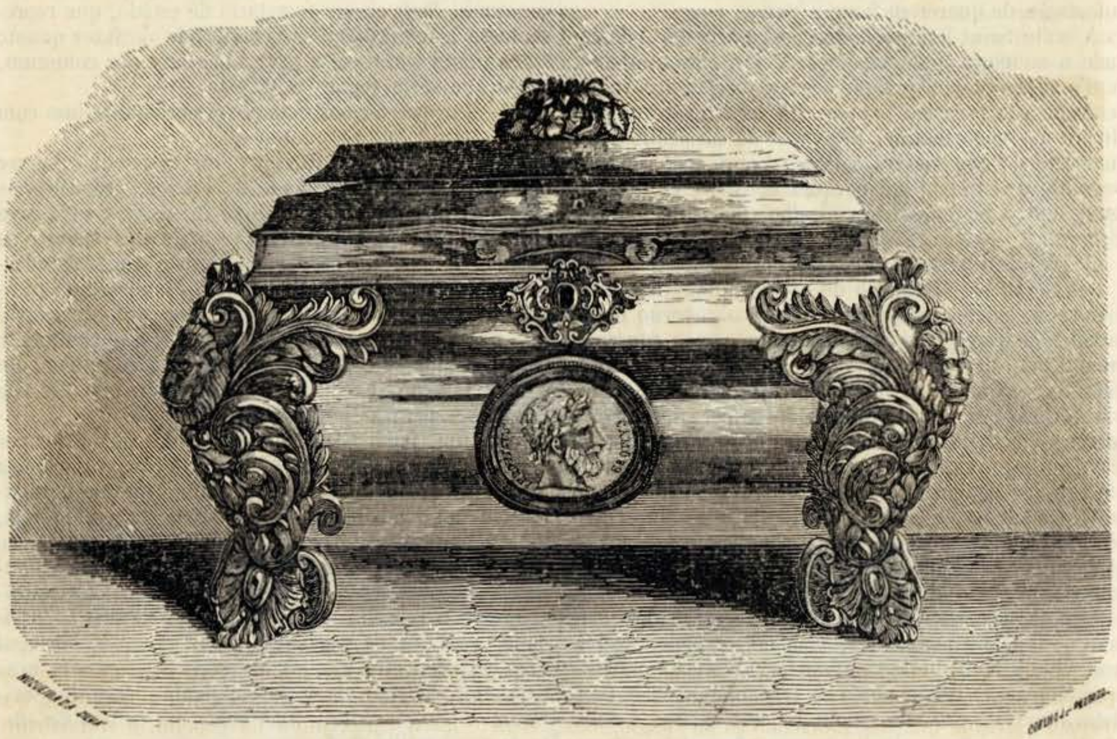
«Adverti tambem o sr. secretario de estado, que os procuradores dos Tres-Estados tratavam com os prisioneiros hespanhoes, que andavam livremente por toda a cidade, liberdade que não era conveniente n'esta occasião. Representando-me o secretario de estado as necessidades d'este paiz, respondi que elle sabia os auxilios que el-rei christianissimo tinha sempre dado liberalmente e sem condições a este reino antes do tratado; e eu conhecia que sua magestade tinha estima particular pela rainha e pelo infante, e não duvidava que mal o embaixador portuguez representasse em França estas necessidades de Portugal, sua magestade as attenderia, para o que o ia dispor nos meus despachos.»

No mesmo dia (10) de tarde assistiu o principe ao conselho. Resolveu-se que se não entrasse em negociação com o marquez de Liche, mas sobre uma carta do conde de Sandwich, escripta em Madrid a 4 de janeiro, em que avisava que vinha á côrte de Lisboa por ordem e para negocios del-rei seu amo, todos disseram unisonos, que não podiam dispensar-se de o receberem. A maioria duvidava que Sandwich viesse unicamente pela paz.

Saint-Romain procurou contrariar a resolução do conselho. Pintava-lhe o artificio e malicia dos dois ministros de Inglaterra, o de Lisboa e o de Madrid, que, com o pretexto de antigas ordens del-rei seu amo para procurarem a paz de Portugal, executa-

vam agora ao dos castelhanos, emprestando-lhes, ou melhor, vendendo-lhes o nome e intervenção de sua magestade britannica.

Sustentava o enviado francez que as antigas ordens del-rei de Inglaterra não bastavam para auctorisar hoje o procedimento dos seus dois ministros, a quem Portugal não devia prestar a menor attenção: — que essas ordens tinham sido dadas quando a Inglaterra estava em guerra com a França, e os castelhanos faziam suspeitar que depois da paz de Portugal se juntariam á Gran-Bretanha, e a auxiliariam contra a França; — que as coisas tinham mudado de face; — que a paz entre a França e Inglaterra estava feita; — que el-rei de Inglaterra offerecêra ao de França, e este acceitára a sua mediação para a paz commum de França e de Portugal, estando mesmo em termos de se unirem estreitamente por uma liga offensiva e defensiva contra Hespanha e Hollanda. Acrescentava, que depois d'estas grandes mudanças, e pela actual disposição dos negocios de Inglaterra, os dois ministros não podiam fundar-se nos antigos poderes, para trabalharem agora contra a honra da mediação del-rei seu amo, dividindo, por uma paz particular, Portugal da França: — que não podiam ter recebido novos poderes, porque era sabido tinham sido mandados retirar para Inglaterra havia mais de tres mezes, chegando com effeito a Lisboa uma fragata para conduzir Southwell, que tinha em casa todos os moveis enfardados. Se o rei de Inglaterra tivesse dado novos poderes aos seus embaixadores para tratarem agora de



Cofre que se depositou no alicerce do monumento de Camões.



Penna de oiro com que S. M. assignou o auto da collocação da pedra fundamental do referido monumento.

uma paz particular, ajuizava o abbade, que sendo aquelle rei amigo e cunhado do infante de Portugal, teria ordenado aos seus agentes se entendessem com S. A. e com o conselho de estado, e não com Castella, como fizeram, sobre o tempo e modos de negociar e fazer esta paz.

(Continúa) José de Torres.

ESTUDOS DA LINGUA MATERNA

38.º

UM VERBO NOVO

Começa a usar-se por ahi de um verbo que os francezes crearam, e que nos é indispensavel naturalisar, mas não traduzindo-o servilmente letra por letra, como estão fazendo.

Referimo-nos ao verbo *éditer*, que entre nós traduziram *editar*.

Temos em portuguez *publicar*, *imprimir*, *dar á estampa*, modos de dizer que tanto comprehendem o auctor que publíca por sua conta, como o editor que comprou a propriedade da obra ou de alguma edição. Devemos pois, como os francezes, formar um verbo para este ultimo caso. De dois modos o podêmos formar; ou, do substantivo edição, *edicionar*, ou, do adjectivo editor, *editorar*.

Preferimos a segunda formação por ser mais significativa do que se quer declarar, isto é, que a obra tem auctor e editor.

Os exemplos de analogia para qualquer das formações que propomos, são innumeraveis na lingua portugueza; basta apontar os seguintes:

De acção, *accionar;* de doutor, *doutorar;* de munição, *municionar;* de reitor, *reitorar;* de lição, *lecionar;* de censor, *censurar*.

Editar é que não tem derivação portugueza, e muito menos latina.

Lisboa — Typographia de Castro & Irmão — rua da Boa-Vista — palacio do conde de Sampaio.